



370

Processo n.º09/09

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou, em 25.09.2009, contra o ciclista _____ processo disciplinar, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo fora de competição, realizado no dia 03.08.2009, com o código "Pontapé", e que acusou a presença da substância proibida CERA.

Durante este processo disciplinar, foi também constituído Arguido _____, porquanto da inquirição do Arguido _____ e restantes testemunhas resultaram indícios de que _____ teria cometido a infracção prevista no artigo 44.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Julho, qual seja a administração de substâncias e métodos proibidos.

Nos termos da instrução do presente processo foi elaborado relatório final, que passa a fazer parte desta decisão e que se subscreve na totalidade quanto à matéria factual nele vertida.

No que concerne ao Arguido _____, dos factos provados no inquérito resulta claramente que este praticou um acto de dopagem (cfr. resultados analíticos das análises e confissão).

Por mero lapso, tal ilícito foi qualificado, na nota de culpa e no relatório final, à luz dos regulamentos federativos e das normas nacionais antidopagem, quando, na verdade, tendo o controlo sido determinado e promovido pela UCI, a legislação aplicável ao caso é o Regulamento Anti-Doping da UCI.

Ciente deste vício, este Conselho proferiu despacho de alteração das normas aplicáveis aos factos. Do referido despacho foi dado conhecimento ao Arguido _____, a 02.07.2010, sendo-lhe ainda concedido prazo de 10 dias para, querendo, se pronunciar.

Ao referido despacho veio o Arguido responder, *inter alia*, que:

- a. Concorda que "estando a UVP/FPC a actuar no processo disciplinar com poderes delegados pela UCI, é o regulamento da UCI que deve ser aplicado" (v. ponto 16);



371

- b. Diz ainda que *"os normativos estabelecidos nos artigos 230 e seguintes do Regulamento da UCI estão a ser respeitados, pese embora efectivamente o presente processo tenha extravasado os prazos ali determinados."* (v. ponto 17);
- c. E conclui que *"o atleta incorre pois nas sanções previstas no nº293 e 313"* (v. ponto 18);
- d. Aproveita ainda para, com base no disposto nos artigos 295.º a 304.º do Regulamento da UCI, requerer que, face à cooperação demonstrada ao longo do processo, lhe seja atenuada e reduzida a pena de dois anos (v. pontos 19 e 20).

Dito isto, considera-se sanada a irregularidade, visto que dela foi dado conhecimento ao Arguido, em tempo útil, salvaguardando-se assim todos os seus direitos de defesa. Depois, o próprio Arguido veio confirmar o entendimento do Conselho, e acrescentou ainda que, não obstante a irregularidade, os normativos relativos aos actos do inquérito foram sempre respeitados. Pelo que não resultou daqui qualquer prejuízo para os direitos do Arguido.

Não existindo outras irregularidades que caiba apreciar, cumpre decidir.

No que concerne ao Arguido , os factos provados consubstanciam uma infracção ao disposto no artigo 21.1. e 21.2. do Regulamento Anti-Doping da UCI, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas nos artigos 293 e 313 do mesmo diploma. Ou seja, a sanção equivalerá à suspensão da actividade desportiva pelo período de dois anos e à desqualificação das provas em que o Arguido tenha participado após o controlo positivo.

Sendo incontroverso que o Arguido cometeu a infracção acima descrita, importa frisar que o Arguido tentou colaborar na descoberta da verdade, manifestando interesse na tramitação do processo e respondendo prontamente às solicitações do instrutor, tendo efectuado diligências para garantir a presença das testemunhas arroladas. Todavia, no entendimento deste Conselho de Disciplina, a colaboração do Arguido não preenche os requisitos para atenuação da pena, nos termos dos artigos 296 e ss. do Regulamento Anti-Doping da UCI.

Assim sendo, considerando todos os factos trazidos ao processo, decide-se aplicar ao Arguido Nuno Ribeiro, nos termos dos artigos 293 e 313 do Regulamento Anti-Doping da UCI as seguintes sanções:

1. Vinte e quatro meses de suspensão de toda a actividade desportiva (Início: 25.09.2009 – Termo: 25.09.2011);
2. Anulação do resultado obtido pelo Arguido na Volta a Portugal do ano 2009.

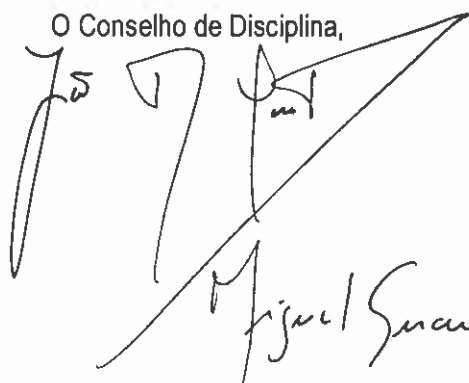


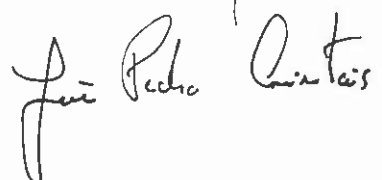
No que concerne ao Arguido _____, o Conselho de Disciplina entende que carece de legitimidade para aplicar qualquer sanção, uma vez que o Arguido não é agente federado, pelo que se decide pela sua absolvição.

Notifique-se a decisão aos Arquidos, juntando-se em anexo o Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 21 de Julho de 2010

O Conselho de Disciplina,


Miguel Soares Guerinio


João Pedro Quintais

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou o presente processo disciplinar contra o corredor _____, com a licença n.º _____, da equipa _____, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo fora de competição, realizado no dia 03.08.2009, com o código "Pontapé", e que acusou a presença da substância proibida CERA, facto este que indicia a infracção do disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho.

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (v. artigo 56.º da Lei 27/2009, de 19 de Junho), durante o qual se enviou, em 30.09.2009, a nota de culpa ao Arguido. Concomitantemente, foi também o Arguido notificado para vir prestar declarações (v. fls. 17 e 18).

À notificação *supra* referida veio o Arguido responder, invocando a nulidade da nota de culpa e reservando-se no direito de só se pronunciar quando fosse conhecido o resultado da análise à amostra B (v. fls. 49 e 50).

No dia marcado para a sua inquirição (16.10.2009), o Arguido não compareceu na diligência.

A 21.10.2009, em virtude de terem sido recepcionados os resultados da análise à amostra B, que vieram confirmar os resultados da amostra A, foi efectuado um aditamento à nota de culpa

contendo este novo facto, do qual o Arguido foi devidamente notificado (v. fls. 73 e ss.). Nessa mesma data, por decisão do Conselho de Disciplina, o Arguido foi suspenso preventivamente da actividade desportiva (em cumprimento do disposto no artigo 36.º n.º 1 da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho).

Por requerimento datado de 21.10.2009, o Arguido veio solicitar que lhe fossem tomadas declarações (v. fls. 76 e 77).

O requerimento foi deferido (v. fls. 78) e na data marcada para a inquirição (29.10.2009), o Arguido compareceu na diligência e prestou todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados (cfr. auto de declarações, de fls. 86 a 90).

Aquando da sua inquirição, o Arguido arrolou as seguintes testemunhas (v. fls. 91):

1.

2.

3.

4.

5.

Conforme despacho a fls. 92, a inquirição das testemunhas :

foi indeferida, dado tratarem-se de meras testemunhas abonatórias, sem conhecimento de causa e directo acerca dos factos que eram imputados ao Arguido.

As testemunhas [redacted] e [redacted] foram notificadas (v. fls. 93 a 96) e compareceram nas datas agendadas para a inquirição, tendo-lhes sido recolhidos os respectivos depoimentos (v. fls. 117 a 120 e 123 a 125, respectivamente).

* * * * *

Dado que os factos revelados pelo Arguido [redacted] aquando da sua inquirição indiciavam a prática, pelo [redacted] do ilícito contra-ordenacional de administração de substância proibida, o Instrutor propôs, de imediato, ao Conselho de Disciplina, a instauração de processo disciplinar contra o mesmo (v. fls. 105 a 107).

Em 02.12.2009 o Conselho de Disciplina decidiu a abertura de processo disciplinar contra o [redacted] (v. fls. 133).

Apesar de nas declarações prestadas o Arguido [redacted] ter reputado o [redacted] de médico da equipa [redacted] à data dos factos, consultados os registos federativos, verificou-se que o médico inscrito pela equipa para a época 2009 era, na verdade, [redacted] portador da licença n.º [redacted]. Mais se verificou que o [redacted], apesar de ter sido médico da equipa na época [redacted] não se encontrava inscrito na UVP/FPC para a época [redacted].

Nestes termos, existindo dúvidas acerca de quais seriam as verdadeiras funções que o [redacted] desempenhava na equipa, decidiu-se a abertura do processo disciplinar por indícios da prática do ilícito contra-ordenacional p. e p. pelo artigo 44.º n.º 1, por remissão do artigo 54.º n.º 2 da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, ou seja, qualificando-o como um membro do pessoal de apoio da equipa.

A abertura de processo disciplinar contra o Arguido [redacted] foi-lhe regularmente notificada (v. fls. 144 a 147), bem como a respectiva nota de culpa (v. fls. 156 a 160).



Na data marcada para a sua inquirição, o Arguido não compareceu, nem apresentou qualquer justificação, pelo que, a falta foi considerada injustificada (v. despacho a fls. 161).

No dia 29.01.2010, via fax remetido para a UVP/FPC, o Arguido veio apresentar a sua resposta à nota de culpa (v. fls. 202). Não efectuou qualquer requerimento probatório, nem constituiu mandatário.

* * * * *

Por se achar relevante para a descoberta da verdade, o Instrutor, oficiosamente, notificou para prestarem declarações as seguintes testemunhas:

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.

9.

Destas testemunhas, não foi possível notificar com sucesso o ciclista porquanto a missiva veio devolvida com a indicação de "Desconhecido" (v. fls. 101). Também a notificação efectuada a [redacted] veio devolvida, com a indicação "Objecto Não Reclamado" (v. fls. 135), mas a testemunha viria a apresentar-se mais tarde (após ter sido interpelado pelo Arguido [redacted] nesse sentido), altura em que lhe foram colhidas declarações.

Para esclarecimento da ligação profissional existente entre o Arguido [redacted] e a Equipa [redacted] o Instrutor notificou oficiosamente a testemunha [redacted], na qualidade de [redacted], para vir juntar aos autos cópia do eventual contrato celebrado entre a equipa e aquele Arguido, bem como cópias dos respectivos recibos de vencimento. Em cumprimento do requerido, a testemunha colaborou na descoberta da verdade e juntou aos autos cópia do contrato de prestação de serviços, bem como os comprovativos das transferências bancárias mensais realizadas para as contas do Arguido (v. fls. 123 a 133).

Dado que o controlo positivo foi realizado no dia 03.08.2009 e dois dias depois teve início a Volta a Portugal em Bicicleta (edição 2009), competição que o Arguido [redacted] viria a vencer, mostrou-se necessário, para efeitos de determinação da pena aplicável (nomeadamente, no que diz respeito à aplicabilidade da sanção de desqualificação), aferir se a substância detectada no controlo fora de competição ainda teria produzido efeitos durante a competição citada. Não dispondo o Instrutor de conhecimentos técnicos suficientes nesta matéria, foi pedido um esclarecimento à Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP) - v. fls. 240 e 241.

Por se achar relevante para a descoberta da verdade, de molde a poder efectuar-se uma análise detalhada da *performance* desportiva do atleta e da equipa, foram ainda solicitadas à UVP/FPC as classificações gerais e individuais por etapa do Troféu Joaquim Agostinho e da Volta a Portugal em Bicicleta - Edição 2009 (v. fls. 242 a 321).

Não foram realizadas mais diligências probatórias, uma vez que não foram requeridas e não se revelaram necessárias.

* * * * *

Assim, inexistem quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer (nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento do Conselho de Disciplina), pelo que, concluída a instrução, cumpre apreciar.

II. QUESTÃO PRÉVIA

Após ser notificado da nota de culpa, veio o Arguido alegar que a mesma padecia do vício de nulidade, por ser extemporânea, dado ainda não ser conhecido o resultado da análise à amostra B.

Foi decidido por despacho, ainda durante o inquérito, que tal argumentação não poderia vingar, porquanto *"o facto de a nota de culpa ter sido elaborada antes da realização da análise à amostra B não implica qualquer consequência desportiva nem disciplinar, visto que esta não acarretou a suspensão do atleta, nem qualquer condenação"* (v. fls. 36), motivo pelo qual se concluiu que não houve qualquer violação do preceituado no artigo 34.º n.º7 da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho. E, *"ademais a alegação de uma nulidade carece de ser legalmente fundamentada, nomeadamente através da indicação do preceito que a determina, o que neste caso não sucedeu, pelo que, sempre teria de se decidir pela improcedência do requerido"* (fls. 36).

Desta forma, não devendo proceder a alegada nulidade, o presente inquérito seguiu os seus termos legais.

III. FUNDAMENTAÇÃO

Cumpre agora enunciar os factos imputados aos Arguidos com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito. Em benefício da clareza da exposição, far-se-á um tratamento individualizado da factualidade relevante respeitante a cada um dos Arguidos. Finalmente, proceder-se-á à subsunção dos factos às normas legais e regulamentares aplicáveis.

i) DOS FACTOS:

A. Arguido _____

No presente inquérito, o Arguido vinha acusado da prática de um acto de dopagem (p. e p. pelo artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho e artigo 19.º do RCA-UVP/FPC).

A acusação fundou-se nos relatórios de ensaio elaborados pelo *Centre Universitaire Romand de Médecine Légale* (amostra A) e pela *Agence Française de Lutte Contre La Doppage* (amostra B), que revelaram ambos a presença da substância proibida CERA (v. fls. 10 e 67).

Na sua resposta à nota de culpa (v. fls.26 a 34), o Arguido defendeu-se, em suma, nos seguintes termos:

- a. Alegando que a nota de culpa era nula, por extemporânea, em virtude de ter sido requerida a análise à amostra B e os resultados ainda não serem conhecidos (v. fls. 26 e ss), concluindo desta forma que estava a ser violado o princípio da legalidade, bem como o disposto no artigo 34.º n.º7 da Lei n.º 27/2009;

- b. Que se reservava no direito de apresentar a sua defesa no momento em que fosse conhecido o resultado da análise à amostra B, caso esta viesse a confirmar o resultado da amostra A.

Mais tarde, conhecido o resultado da amostra B, o Arguido veio então requerer que lhe fossem tomadas declarações.

Na diligência, fez-se acompanhar pela sua Advogada (Exma. Sra. Dra. Marina Albino) e logo no início da inquirição confessou todos os factos de que vinha acusado. Depois, em sua defesa alegou que:

- a. Não tomou qualquer substância com o fito de praticar um acto de dopagem;
- b. Nunca tomou qualquer substância ou produto cuja toma não lhe fosse indicada pelo médico da equipa,
- c. Não fazia qualquer controlo das substâncias que lhe eram ministradas e receitadas pelo médico da equipa. Na verdade, apesar de muitas das vezes lhe serem administrados preparados e produtos sem rótulo, o facto de o médico estar há três épocas ao serviço da equipa e nunca ter havido nenhum resultado positivo inspirava-lhe a confiança suficiente para que não pusesse em causa a sua actuação. Aliás, o próprio Arguido tinha já sido controlado dezenas de vezes e nunca tinha tido qualquer problema;
- d. Visto que apenas tomou substâncias e produtos indicados pelo médico da equipa, não tem dúvidas de que só pode ter sido uma das várias substâncias que este lhe administrou ou receitou a responsável pelo resultado positivo. A ajudar a esta conclusão, está ainda o facto de outros dois colegas de equipa terem também acusado positivo à mesma substância e na mesma data .
- e. Especificou que no dia 11 de Julho de 2009, durante o Grande Prémio Joaquim Agostinho, o o chamou ao seu quarto, no Hotel onde a equipa se encontrava (no Bombarral), e lhe entregou um frasco sem rótulo que continha um líquido incolor, tendo-lhe transmitido que se tratava de um novo recuperante, que o Arguido deveria injectar duas a três vezes por semana, na quantidade de 0,5 ml por toma, até ao início da Volta a Portugal. O Arguido seguiu as instruções dadas pelo

médico e efectuou as duas primeiras tomas. Contudo, após a terceira toma (que ocorreu no dia 25 ou no dia 26 de Julho – não soube especificar), começou a sentir tremores, suores e dores de cabeça (sintomatologia semelhante à da gripe), pelo que, reportou telefonicamente esta situação ao médico, tendo-lhe este ordenado que parasse imediatamente a toma e deitasse o frasco fora. Mais tarde, já na Volta a Portugal, o Arguido interpelou pessoalmente o médico, interrogando-o sobre esta situação, ao que o mesmo lhe disse que provavelmente aquela reacção se teria ficado a dever ao facto de a substância já estar estragada, mas que não teria qualquer problema;

- f. Afirmou que o médico nunca lhe deu indicações para que falhasse algum controlo antidopagem;
- g. Disse também que, em sua opinião, o Director Desportivo não teve qualquer responsabilidade no controlo positivo, dado que este não interferia na parte médica, a qual era da competência exclusiva único do médico da equipa, o

Posto isto, cumpre analisar o acervo de elementos reunidos e os argumentos apresentados, para a final concluir.

1. Da Prática de Dopagem

Das dez testemunhas inquiridas, nenhuma revelou conhecimento directo relativamente ao facto do Arguido ter, ou não, praticado o acto de dopagem de que vinha acusado.

Contudo, com base nos relatórios de ensaio *supra* referenciados e na confissão do Arguido, considera-se provado que este procedeu à toma da substância proibida CERA (v. fls. 10, 67 e 86 a 90).

2. Da Responsabilidade Exclusiva do Arguido _____ pelo Acto de Dopagem

Cabe agora determinar se, como sustentou a defesa, o acto de dopagem foi determinado pelo Arguido _____ que, enquanto médico da equipa, no exercício do seu poder de autoridade sobre os ciclistas, ordenou a toma da substância proibida ao Arguido _____ e, em caso

afirmativo, saber se este último, efectivamente, desconhecia que se tratava de uma substância proibida. Ou seja, há dois factos juridicamente relevantes que importa determinar.

2.1. Da Administração da Substância Proibida

Ora, a respeito da administração da substância proibida ter sido determinada pelo Arguido _____ será importante notar, desde já, que todas as dez testemunhas ouvidas lhe imputaram a prática deste facto.

Não obstante, nenhuma conseguiu apresentar uma única prova que suportasse a acusação feita. Em suma, limitavam-se a dizer que todos os indícios apontavam nesse sentido e que, pelo que conhecem do Arguido _____, este nunca se doparia voluntariamente.

O Arguido _____ também imputou a responsabilidade ao Arguido _____ mas igualmente não augurou fazer prova desse facto.

Pelo contrário, o Arguido _____ contrariou-o, alegando que, à data dos factos, nem sequer tinha qualquer tipo de ligação ou colaboração com a equipa, pelo que, nada tem a ver com os controlos positivos.

Nestes termos, apenas foi possível ao Instrutor, oficiosamente, recolher alguns indícios, que seguidamente se analisarão, para no final concluir se existe prova, mesmo que indirecta, da imputação dos factos ao Arguido _____

Ora, desde logo será importante notar que a CERA se trata de uma substância que não está disponível para venda nas farmácias (mesmo mediante receita). É geralmente utilizada nos Centros de Hemodiálise e apenas é vendida nas Farmácias Hospitalares. Por isso, o Arguido _____ nunca teria acesso a esta substância (salvo por interposta pessoa). Pelo contrário, o Arguido _____, dada a sua categoria profissional de médico, poderia efectivamente obter a substância em causa.

Por outro lado, uma análise mais detalhada dos factos permite-nos concluir que a administração da substância dopante foi feita com apurados conhecimentos técnicos e científicos.

De facto, será relevante notar que o Arguido acusou positivo no controlo realizado no dia 03.08.2009 e, tendo sido novamente controlado no dia 08.08.2009 (no final da 4.ª Etapa da Volta a Portugal, quando ascendeu ao primeiro lugar da classificação), o resultado do controlo foi negativo. Aliás, desde esse dia até ao final da competição, o Arguido foi controlado todos os dias (em virtude de se ter mantido sempre com a “camisola amarela”) e em nenhum dos controlos acusou positivo. Ora, isto demonstra-nos inequivocamente que a administração da substância dopante foi feita tendo em atenção a data de início da Volta a Portugal, altura em que, à partida, o Arguido seria controlado, mas em que a substância já não seria detectada na urina. E o plano apenas não surtiu os efeitos desejados porquanto a equipa acabou por ser surpreendida por um controlo fora de competição, na véspera do início da Volta a Portugal.

Ora, a metodologia aplicada e a planificação feita demonstram elevados conhecimentos técnicos e científicos (nomeadamente, ao nível dos períodos de excreção da substância), que não são compatíveis com a formação de um ciclista. Mais ainda, no caso concreto, será relevante sublinhar que o Arguido, aquando da sua inquirição, demonstrou total ignorância nesta matéria, revelando inclusive grandes dificuldades para descrever o plano vitamínico a que era sujeito, por desconhecer as substâncias que toma.

Por último, o facto de no dia 03.08.2009 terem sido controlados cinco ciclistas da equipa (a saber: _____) e desses, três terem acusado positivo (_____, _____), todos à mesma substância dopante – que, para mais, como se disse, não se encontra à venda ao público em geral – indicia a existência de uma prática organizada dentro da equipa,

estrategicamente delineada com vista a obter o triunfo na competição mais importante do calendário nacional, a Volta a Portugal.

Na verdade, uma análise objectiva do historial das últimas edições da Volta a Portugal (v. resultados a fls. 322) permite-nos verificar que os ciclistas da equipa que seriam candidatos naturais à vitória nesta competição eram, precisamente, o Arguido

() e o colega

Dito isto, cumpre ainda referenciar que, sendo o ciclismo um desporto colectivo, nenhum ciclista ganha uma competição desta natureza sozinho. Serve isto para dizer que, para vencer, a equipa teria ainda de ter um ciclista forte, que conseguisse resguardar o "camisola amarela", trabalhando para que se mantivesse nessa posição. E, nesta equipa, esse elemento era, precisamente, líder nato, elemento fundamental no trabalho de equipa e que, como o próprio Arguido referiu *"era o ciclista mais forte que a equipa tinha para trabalhar nos momentos mais complicados das provas e empunha muito respeito perante os adversários, era um elemento muito importante para a equipa"* (v. fls. 326). Aliás, numa das conversas que o Instrutor teve com o Arguido este mesmo admitiu que o foi o colega que mais o ajudou na conquista da vitória nesta competição.

Pelo exposto, fica demonstrado que a administração da substância proibida não foi feita de forma aleatória, mas antes, incidiu sobre os dois atletas da equipa mais bem preparados para vencer a competição mais importante do calendário nacional (, e sobre o ciclista que era o líder da equipa e que mais poderia ajudar o "camisola amarela" a manter o primeiro lugar na classificação

Ora, em nosso entender, isto demonstra-nos claramente que houve um trabalho de

planeamento e organização, o que exclui a hipótese da dopagem ter sido praticada individualmente, por auto recriação de cada um dos atletas envolvidos.

Nestes termos, atendendo àquela que é a estrutura organizacional e funcional de uma equipa de ciclismo, naturalmente importaria determinar de entre médico, Director Desportivo e Presidente, qual(is) pudessem ter contribuído para o resultado positivo dos três atletas.

No que respeita ao médico, a forma como a substância foi obtida e administrada aos atletas, juntamente com os depoimentos das testemunhas, demonstram inequivocamente a sua intervenção na prática do ilícito.

Relativamente ao Director Desportivo, não obstante todas as diligências realizadas, não foi possível recolher nenhum indício da sua comparticipação na prática deste ilícito, dado que tanto o Arguido como os restantes ciclistas da equipa inquiridos fizeram questão de referir sempre que este tinha competências meramente funcionais e não intervinha na parte médica, pelo que, consequentemente, não teria também nenhuma responsabilidade neste caso. Inclusive, referindo-se ao funcionamento da equipa, foram unânimes em afirmar que a parte médica era discutida individualmente, nos aposentos do médico, sem a presença de mais ninguém (incluindo do Director Desportivo).

A única excepção foi o ciclista _____ que referiu que "*...também se interroga se o Director Desportivo não teve influência no caso, dado que era este quem transmitia ao médico qual(is) o(s) atleta(s) que pretendia em melhor forma em cada altura da época. E, por outro lado, este também nunca foi muito esclarecedor. Limitou-se a imputar as responsabilidades nos atletas e no médico e depois desapareceu e nunca mais voltou a dar-lhes notícias. Depois, disse-lhes também que ia deixar o ciclismo e, segundo sabe, afinal, agora anda a preparar-se para entrar nas competições de masters.*" (v. fls. 201). Contudo, a mera dúvida, sem qualquer prova que a fundamente, não era suficiente, em

nosso entender, para determinar a abertura de processo disciplinar contra o Director Desportivo.

Ainda a este respeito, mais esclarecedor foi o depoimento da testemunha

, que quando *"Inquirido que influência tinha o Director-Desportivo nas substâncias que os atletas tomavam, o Declarante afirmou que todas as substâncias que eram dadas aos atletas eram do conhecimento deste, até porque o plano médico está associado ao plano de treino. Ou seja, o plano médico é feito atendendo ao plano de treino, pelo que, são elaborados em conjunto pelo médico e Director-Desportivo."* (v. fls. 124, ponto 6). Não obstante, é preciso notar que esta testemunha, indicada pelo Arguido, deixou de ser atleta da equipa no ano de 2007, pelo que, o seu depoimento está desfasado no tempo, reportando-se a factos com mais de 3 anos, motivo pelo qual não é possível garantir que o *modus operandi* da equipa se tenha mantido inalterado. Nestes termos, também aqui não vislumbrámos a existência de indícios suficientes para a abertura de processo disciplinar contra o Director Desportivo

Por último, no que respeita ao Presidente da Equipa , todos os inquiridos foram unânimes em afirmar que este tinha meras competências administrativas e que não tinha qualquer intervenção na parte desportiva.

A este respeito, de registar apenas o depoimento do a , principal patrocinador da equipa, que afirmou que teria enviado *"um e-mail ao Presidente , dizendo-lhe que achava inadmissível que a equipa, com o plantel e orçamento de que dispunha, não ganhasse as provas em que participava. E, por isso, após a Volta a Portugal, teriam que fazer um balanço, para decidir se justificava à empresa , continuar a apostar naquela equipa."* (v. fls. 209).

Desta forma, levantava-se aqui a suspeita de que a equipa poderia estar sob pressão para obter a vitória na Volta a Portugal, sob pena de perder o principal patrocinador (o

que certamente acarretaria a extinção da equipa), facto que poderia ter levado à elaboração de um plano de dopagem, com vista a garantir a vitória nessa competição. No entanto, perguntado pelo dito e-mail, o [redacted] disse já não o ter. Confrontado o Presidente [redacted] com estas afirmações do [redacted] reputou-as de falsas, alegando que tinham contrato até 2011, pelo que, não haveria qualquer renegociação a fazer.

Nestes termos, sem qualquer prova (que não o depoimento do [redacted]), foi impossível retirar destas alegações quaisquer conclusões ou realizar mais diligências de inquérito quanto a estes factos.

Pelo exposto, estamos em crer que foram recolhidos indícios suficientes que nos permitem concluir que o acto de dopagem do Arguido [redacted] foi gizado e determinado pelo Arguido [redacted], único responsável médico da equipa. Quanto à intervenção de outros elementos da equipa na prática do ilícito (nomeadamente, Director Desportivo e Presidente), apesar das diligências efectuadas, nada ficou provado em seu desfavor.

2.2. Do Desconhecimento do Acto de Dopagem pelo Arguido

Dito isto, importará agora determinar se a administração da CERA foi feita com, ou sem, o conhecimento do Arguido.

A este respeito, foram importantes os esclarecimentos que a testemunha [redacted] veio trazer ao processo. Sendo esta testemunha médico especialista em medicina desportiva, que já acompanhou equipas de ciclismo, perguntámos-lhe, aquando da sua inquirição, se seria possível a um médico administrar uma substância proibida a um atleta sem que este se apercesse, ao que o mesmo respondeu peremptoriamente que sim, especificando que quase sempre as injeções são preparadas antes da chegada dos atletas, pelo que, estes desconhecem o conteúdo que

se encontra na seringa, tendo, portanto, que confiar na palavra do médico. Desta forma, e dado que as substâncias dopantes são incolores, os atletas nunca se poderão aperceber de qualquer adulteração que seja feita. Mais ainda, esclareceu que até no próprio soro que é ministrado aos atletas pode ser colocada qualquer substância sem que estes se apercebam (v. fls. 204, pontos 10 e 11 da inquirição).

Desta forma concluímos que, em abstracto, é possível a um médico dopar um atleta sem que este se aperceba desse facto.

Cabe agora analisar a situação concreta.

A todos os atletas da equipa inquiridos foi perguntado se tinham conhecimento exacto de todas as substâncias que lhe eram ministradas pelo médico da equipa.

A testemunha _____ referiu que *"os atletas não sabiam o que tomavam. Basicamente, o médico chamava-os individualmente ao quarto e quando lá chegavam as substâncias já se encontravam misturadas nas seringas. Depois, era o próprio médico que os injectava, dizendo-lhes sempre que eram recuperantes."* (v. fls. 118).

Na mesma linha, _____ disse que *"Jamás preguntaba a los médicos en que consistían los recuperantes. (...) En todo momento yo depositaba mi confianza en el médico, pues para ello se trata de un profesional."* (v. fls. 139).

Também _____, *"Perguntado que controlo fazia acerca das substâncias que lhe eram administradas pelo médico, respondeu que não fazia nenhum controlo. Disse que não se sentia com competência para fiscalizar o trabalho de um médico, da mesma forma que não fiscaliza os produtos que o médico de família lhe prescreve. E, por outro lado, levantar essas questões poderia gerar mau ambiente na equipa."* (v. fls. 196).

E mesmo ... (que, de todos os ciclistas inquiridos, mostrou ser o mais esclarecido), *"Perguntado que controlo fazia acerca das substâncias que lhe eram administradas pelo médico, respondeu que não fazia grande controlo, dado que as substâncias eram sempre as mesmas e já as tomava há largos anos, pelo que, sabia que eram inofensivas."* (v. fls. 200).

Em sentido inverso apenas o depoimento de ..., que referiu que *"... sempre perguntava e via o que administravam, falo de mim não sei como era com os colegas."* (v. fls. 193). Será, contudo, relevante notar que este depoimento não foi presencial, pelo que, eventualmente a pergunta poderá não ter sido correctamente interpretada pelo ciclista.

Pelos depoimentos recolhidos e nas conversas tidas com os ciclistas, o Instrutor ficou com a convicção que o Médico da Equipa, bem como o Director Desportivo, exercem sobre os atletas um poder de autoridade semelhante ao existente entre o Empregador e o Empregado numa relação laboral.

Neste sentido, torna-se difícil para um atleta questionar as substâncias que lhe são administradas, porquanto, desde logo, não dispõem de conhecimentos para discutir essas matérias e, por outro lado, porque como referiu a testemunha ..., isso pode ser mal acolhido no seio da equipa.

Desta forma, estamos convictos de que será perfeitamente natural que o Arguido ... não tenha questionado o Arguido ... acerca das substâncias que este lhe ministrava. Na verdade, como o próprio referiu aquando da sua inquirição, *"... no início ainda o questionava [ao médico] se eram substâncias legais. Contudo, com o passar do tempo, como fazia controlos e nunca acusava nada, ganhou confiança e deixou de fazer perguntas (até porque, o médico mostrava-se, por vezes, irritado com essas mesmas perguntas)."* (v. fls. 88).

De facto, será ainda de sublinhar que o Arguido [redacted] foi médico da equipa ao longo de 3 épocas e, durante esse período, nunca houve nenhum controlo positivo, pelo que, seria legítimo este crescendo de confiança dos ciclistas no seu trabalho.

Depois, será também relevante notar que [redacted] (outro dos atletas que acusou positivo), testemunha deste processo, confirma que a administração da substância proibida foi feita pelo médico, sem o seu conhecimento (v. fls. 139 e 140).

Resumidamente, os indícios recolhidos permitem-nos verificar que nenhum dos atletas da equipa questionava as substâncias que lhe eram ministradas pelo médico. Por outro lado, era legítima a confiança que os ciclistas depositavam no seu trabalho, dado que nos três anos que este esteve ao serviço da equipa, nunca houve nenhum controlo positivo. Depois, ficou também esclarecido que mesmo que os ciclistas quisessem fiscalizar as substâncias que lhe eram ministradas, nunca o poderiam fazer com garantia de sucesso, dado que as substâncias dopantes podem ser disfarçadas em recuperantes, sem que os atletas se possam aperceber de que o conteúdo da seringa foi adulterado. E, por último, é ainda fundamental o depoimento do ciclista [redacted] que também acusou positivo e que confirma que a substância lhe foi administrada sem o seu conhecimento.

Posto isto, admite-se que na sequência do plano gizado pelo médico da equipa, tenha sido administrada e receitada ao Arguido [redacted] a substância proibida sem que este tivesse conhecimento que se tratava de CERA, fazendo-o crer que seriam meros recuperantes.

Pelo contrário, não poderemos aceitar que até à data da notificação da UCI do controlo positivo, o Arguido nunca tivesse sequer representado a possibilidade de estar dopado.

Na verdade, conforme o mesmo afirmou aquando da sua inquirição "*...durante a realização do Grande Prémio Joaquim Agostinho, no dia 11 de Julho, o médico chamou-*

o ao seu quarto, no Hotel Comendador, no Bombarral, e disse-lhe que tinha uma substância nova, que tinha trazido da Colômbia, e que queria que ele a experimentasse, para ver quais seriam os resultados. Tratava-se de um frasco com um líquido incolor e sem rótulo. Perguntou ao médico para que servia aquele produto, ao que o médico lhe respondeu que se tratava de um recuperante, que deveria tomar até à Volta a Portugal, duas ou três vezes por semana, com dosagens de 0,5ml por toma. O Declarante levou o frasco para casa e injectou ele próprio (com seringas fornecidas pelo próprio médico) a primeira dose três ou quatro dias depois (não sabe precisar em que dia). Tomou uma segunda dose passados outros quatro ou cinco dias. Quando tomou a terceira dose (no dia 25 ou 26 de Julho) sentiu-se mal e, por isso, parou de tomar. Perguntado que sintomas teve aquando dessa terceira toma, disse que passadas duas ou três horas começou a sentir tremores, suores e dores de cabeça (parecido com a sensação de gripe). Perante isto, telefonou ao médico, que lhe disse para deitar o frasco fora e não tomar mais aquela substância. Mais tarde, quando viu o médico pessoalmente, já na Volta a Portugal, voltou a interpelar o médico acerca deste assunto, tendo-lhe este referido que, possivelmente, a substância estaria já estragada, justificando que os sintomas se teriam ficado a dever a esse facto" (v. fls. 87).

Ou seja, o Arguido assume que o plano médico foi alterado, que injectou a substância contida num frasco sem rótulo, que teve uma sintomatologia diferente do habitual e que partilhou esse facto com o médico (Arguido _____), que lhe ordenou que se desfizesse do frasco. Portanto, perante estes factos, não sobejam dúvidas de que o Arguido deveria ter percebido que poderia estar dopado.

E, apesar de nessa altura o acto de dopagem já estar consumado, o Arguido estaria ainda a tempo de se negar a competir naquelas condições, evitando desta forma o resultado que acabou por se verificar. De facto, note-se que uma simples análise ao sangue permitiria ao Arguido ter verificado que estava dopado.

Na data marcada para a sua inquirição, o Arguido não compareceu, nem apresentou qualquer justificação (v. despacho a fls. 161).

No dia 29.01.2010 (18 dias após a recepção da nota de culpa), o Arguido veio, via fax, apresentar a sua resposta à nota de culpa, alegando, em suma:

- a. Que apenas foi médico da equipa na época de 2008, pelo que, à data dos factos, já não tinha qualquer ligação com a equipa, nem como médico, nem como membro do pessoal de apoio;
- b. Pugnou pela sua inocência;
- c. Solicitou que, dado o facto de se encontrar actualmente a residir no , as restantes comunicações lhe fossem feitas por correio electrónico.

O Arguido não fez qualquer requerimento probatório.

Posto isto, cumpre analisar o acervo de elementos reunidos e os argumentos apresentados, para a final concluir.

1. Das Funções Exercidas na Equipa

O Arguido negou sempre que à data dos factos ainda tivesse qualquer ligação contratual à quer como médico, quer como elemento de apoio (v. ponto 3 da resposta à nota de culpa, a fls. 210). A confirmar-se, este facto seria impeditivo de qualquer acção disciplinar sobre o Arguido, por falta de competência do Conselho de Disciplina, pelo que, importa analisar.

A corroborar a versão do Arguido, está o documento entregue pela 1ª UVP/FPC, e do qual consta que o médico da equipa para a época 2009 seria (v. fls. 239).

Não obstante este elemento formal, no final do inquérito não sobejam dúvidas de que o Arguido exercia funções médicas na equipa, como adiante se demonstrará.

Desde logo, é de notar que as oito testemunhas inquiridas que tinham ligação à equipa, todas afirmaram peremptoriamente que o Arguido era o médico da equipa desde o ano de 2007 e que o nunca exerceu essas funções. Aliás, a este respeito, será ilustrativo o depoimento da testemunha , ciclista da equipa, que quando confrontado com o nome do disse desconhecer de quem se tratava (v. fls. 200, ponto 11 da inquirição).

O próprio , aquando da sua inquirição, juntou um elemento importante ao processo, que se consubstancia numa declaração na qual o Arguido *"assume toda a responsabilidade pelo acompanhamento da equipa de ciclismo profissional ao longo da época de 2009, pelo que, no caso de se verificar qualquer situação, seja de que natureza for, que envolva, possa envolver ou venha a ser entendido por alguma entidade competente que envolva qualquer responsabilidade do médico da equipa, essa responsabilidade é plena e integralmente assumida, sem quaisquer reservas, pelo signatário, com expressa exclusão do ... que fica isento de qualquer responsabilidade..."*. O referido documento está assinado pelo Arguido (com a assinatura reconhecida por advogado –) e é datado de 09.12.2009 (v. fls. 206 e 207).

Confrontado com este documento, o Arguido confirmou que a assinatura nele aposta lhe pertencia, mas *"sin embargo es preciso aclarar que el documento mencionado tenía validez en la medida en que fuera el médico del equipo sin embargo (...) una autoridad portuguesa indicó que yo no podía seguir siendo médico del equipo"*.

(...) Es decir, al terminar el contrato como médico del equipo por orden del ministro, el documento que firmé perdió toda validez pues la responsabilidad era evidentemente asumida si yo era el médico del equipo." (v. fls. 220 e 221).

Portanto, o Arguido fez-nos crer que com as novas regras para a inscrição de médicos na UVP/FPC, a equipa teria prescindido dos seus serviços.

Ora, este argumento é manifestamente falso, porquanto a declaração foi feita e assinada já depois da inscrição da equipa para a época de 2009 (note-se que a equipa cumpriu o prazo legal estipulado no artigo 2.17.015 do Regulamento das Equipas Continentais 2009, que obrigava à entrega de toda a documentação até ao dia 07.12.2009 e a declaração está datada, como já antes se referiu, de 09.12.2009). Portanto, a sequência cronológica dos factos inquina irremediavelmente a veracidade da afirmação feita pelo Arguido.

Mas, para prova cabal de que o Arguido era, efectivamente, o médico da equipa, sempre se chamarão à colação os documentos juntos aos autos pela testemunha ..., Presidente da Equipa (v. fls. 227 a 237).

No documento denominado "Contrato" (v. fls. 227 a 229), em que são partes a ..., pode ler-se que:

"CONSIDERANDO:

- A) *Que a primeira outorgante é titular do registo da UVP / Federação Portuguesa de Ciclismo de uma Equipa Continental, doravante designada por EQUIPA, presentemente denominada ..., tendo patrocinadora principal ..., sendo ... o responsável financeiro;*
- B) *Que entre as partes foi celebrado em 24/10/2007 um Contrato de Médico, doravante designado por CONTRATO, com duração de uma época, que termina em 31 de Dezembro de 2008;*
- C) *Que é vontade das partes renovar o CONTRATO;*
- D) *Que, para todos os efeitos, as partes reconhecem como essencial para a subsistência do CONTRATO que a ... se mantenha como patrocinadora principal da EQUIPA" (sublinhados nossos).*



Depois, na cláusula primeira do citado contrato diz-se que *"as partes renovam o CONTRATO por mais uma época, pelo que o mesmo só terminará em 31 de Dezembro de 2009"* e na cláusula segunda fica estipulado que *"O segundo outorgante terá direito de receber, como Médico, uma remuneração anual global bruta de 60.000,00€ (Sessenta mil euros) no ano de 2009 como honorários a ser paga em doze menssalidades iguais, até ao último dia de cada mês..."*.

Ora, estes dados são perfeitamente condizentes com as transferências bancárias internacionais feitas da conta da Equipa para a conta do Arguido, que se encontram juntas aos autos (v. fls. 230 a 237) e que abaixo se discriminam.

- i. Data do Pedido: 02/02/2009; Montante: €5.000; Nome do Titular: .
o (v. fls. 230);
- ii. Data do Pedido: 03/02/2009; Montante: €5.000; Nome do Titular: .
r (v. fls. 231);
- iii. Data do Pedido: 31/03/2009; Montante: €5.000; Nome do Titular: .
· (v. fls. 232);
- iv. Data do Pedido: 11/05/2009; Montante: €5.000; Nome do Titular: .
r (v. fls. 233);
- v. Data do Pedido: 29/05/2009; Montante: €5.000; Nome do Titular: .
(v. fls. 234);
- vi. Data do Pedido: 03/07/2009; Montante: €5.000; Nome do Titular:
(v. fls. 235);
- vii. Data do Pedido: 31/07/2009; Montante: €5.000; Nome do Titular: .
r (v. fls. 236);
- viii. Data do Pedido: 01/09/2009; Montante: €5.000; Nome do Titular:
(v. fls. 237).

Fica, portanto, cabalmente demonstrado que na época de 2009 o Arguido tinha contrato de prestação de serviços médicos com a equipa l

e que auferiu remuneração por essa prestação de serviços. Fica também esclarecido que este se tratava do único médico da equipa.

Relativamente à intervenção do _____, conclui-se que este apenas foi inscrito como médico da equipa em virtude de no início da época a Federação ter feito circular um ofício, no qual exigia que os médicos das equipas tivessem inscrição em vigor na Ordem dos Médicos Portugueses, o que não sucedia com o _____. Nestes termos, vendo-se na impossibilidade de inscrever a equipa, o Presidente do Clube solicitou ao _____, com quem mantém uma relação de estreita amizade, que em gesto de favor lhe permitisse utilizar o seu nome para efeitos de inscrição da equipa na época 2009.

2. Da Administração de Substância Proibida ao Arguido

Vale para este ponto tudo quanto já foi dito acima (em A. 2) e onde se concluiu que administração da substância proibida aos três atletas que acusaram positivo foi determinada pelo Arguido _____ enquanto único responsável médico da equipa.

Na verdade, e para além de tudo o que já foi dito a este respeito, poderemos ainda acrescentar que o próprio Arguido _____ com a sua actuação, pareceu confessar o seu envolvimento e responsabilidade neste caso.

De facto, segundo os depoimentos recolhidos, quando os resultados positivos foram conhecidos, o Presidente da Equipa _____, o Director Desportivo _____, o Arguido _____ e os ciclistas _____ tentaram, por várias ocasiões, contactá-lo telefonicamente para obter uma explicação para o sucedido. De todos os contactos realizados, apenas atendeu o telefonema do ciclista _____ (provavelmente por ser o primeiro). A partir daí, o Arguido desligou o telemóvel e não mais voltou a falar com ninguém da equipa. Inclusive, no final desse mês os honorários já não lhe foram pagos e nem assim este veio manifestar qualquer tipo de descontentamento por esse facto, ao qual alegadamente seria alheio e pelo qual estaria a ser lesado.

No dito telefonema do ciclista _____ para o Arguido, confrontado com a situação, este último terá dito apenas que *"no podía entenderlo, que no tenía explicación ante lo sucedido."* (v. fls. 140, ponto 13).

Portanto, numa altura em que seria necessário dar explicações, o Arguido remeteu-se ao silêncio e esteve em paradeiro incerto durante vários meses. Mesmo a comunicação social, com todos os meios que tem ao seu dispor, nunca o conseguiu localizar.

Quando finalmente reapareceu, foi para responder à nota de culpa da forma já acima exposta.

- Conclusões

Em suma, considera-se provado que:

1. O Arguido _____ exerceu, na época de 2009, funções médicas na equipa _____
2. O Arguido era o único médico da equipa;
3. No exercício das funções que lhe estavam conferidas, o Arguido administrou a substância proibida CERA ao Arguido _____ e aos ciclistas _____
4. O Arguido _____ não deu conhecimento ao Arguido _____ de que lhe administrara a substância proibida.

ii) DO DIREITO

A. Arguido:

Com base nos factos dados como provados e não provados, concluímos que o Arguido procedeu à toma da substância proibida CERA.

Este facto consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, A), do Anexo IV, do Regulamento do Controlo Antidopagem da UVP/FPC (em virtude de se tratar de ciclista da categoria elite), por remissão do art. 76.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho (uma vez que a UVP/FPC ainda não procedeu, nesta data, à adaptação dos seus regulamentos às novas sanções cominadas na Lei contra a dopagem no desporto). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação, suspensão de seis meses a dois anos, multa de €1.247 a €2.494 e perda de 20 pontos na classificação individual.

B. Arguido

Tal como acima deixámos claro, não restam dúvidas de que este era, de facto, o único responsável médico da equipa à data dos factos.

No entanto, como é sabido, a jurisdição da UVP/FPC em matéria disciplinar está limitada à tutela sob os seus licenciados (artigo 1.1.004 do Regulamento Geral e Técnico de Corridas da UVP/FPC). E, como se disse, à data dos factos, o Arguido não se encontrava licenciado na UVP/FPC.

Ora, este entrave formal gera uma situação de falta de legitimidade, que afasta a UVP/FPC de se poder pronunciar e punir quanto a esta conduta grave, que em nada beneficia a imagem do ciclismo.

Nestes termos, valendo-se e beneficiando dos maus procedimentos seguidos pelo Presidente da equipa, que decidiu inscrever um médico amigo só para desbloquear uma situação que deveria ter sido correctamente resolvida, e não remediada (note-se que estamos a falar da equipa com maiores recursos financeiros do ciclismo português e não de uma qualquer colectividade amadora), o Arguido encontrou aqui um escudo impenetrável que o protege de ser sancionado em termos disciplinares.

A situação é tanto mais grave, dado que em abstracto gera a possibilidade de se abrir aqui um precedente perigosíssimo, que leve as equipas a optarem por inscrever médicos e Directores Desportivos que não são quem, na prática, exerce as funções, impedindo desta forma que, sendo praticado algum ilícito, a Federação possa exercer a respectiva acção disciplinar sobre os verdadeiros responsáveis, por não estarem federados.

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

A determinação da sanção deve atender à gravidade do ilícito, à culpa do Arguido, às exigências de prevenção e às atenuantes que sejam aplicáveis ao caso concreto.

A. Arguido

A conduta do Arguido é-lhe imputada, pelo menos, a título de negligência. Com efeito, os ciclistas não podem desconhecer que a introdução de algumas substâncias no seu organismo altera, potenciando, o seu rendimento desportivo, o que é manifestamente proibido e punido por normas legais e regulamentares quer nacionais quer internacionais. Pelo que os atletas devem usar de diligência significativa na fiscalização de tudo quanto tomam.

Neste caso, resulta da prova efectuada que o Arguido desconhecia que lhe fora administrada uma substância proibida e não representou sequer essa possibilidade, o que configura uma situação de negligência inconsciente, nos termos do disposto no artigo 15.º alínea b) do Código Penal.

De referir ainda que a substância em causa (CERA) trata-se de um agente estimulador contínuo da eritropoiese, que provoca um aumento da produção de glóbulos vermelhos na medula óssea de uma forma intensa e prolongada, potenciando desta forma o rendimento desportivo dos



atletas (em modalidades aeróbias, como é o ciclismo, pode produzir melhorias de entre 20% a 30% no rendimento). E, portanto, é altamente lesiva da justiça dos resultados. (v. fls. 240 do Processo Disciplinar).

Contra o Arguido, deverá ainda ser relevado o facto de este ter acabado por beneficiar da infracção, quando poderia ter evitado que isso ocorresse, bastando para tal que tivesse sido mais diligente.

Na verdade, como ficou provado, perante a sequência de acontecimentos, atendendo à sua experiência, o Arguido poderia e deveria ter-se apercebido que estava dopado. Nessa altura, não estando já a tempo de evitar o acto de dopagem, poderia contudo ter evitado beneficiar dessa infracção, nomeadamente, não participando na Volta a Portugal.

A favor do Arguido deve ser invocado o facto de o mesmo ter confessado de imediato a infracção e ter colaborado incansavelmente na descoberta da verdade. Inclusive, a este respeito, cabe aqui referir que o Instrutor ficou com a clara sensação que se não tivesse sido o empenho do Arguido, muito dificilmente teria sido possível inquirir algum dos atletas da equipa. Na verdade, a situação de desemprego para que a extinção da equipa os arrastou, em conjugação com o facto de muitos deles residirem no Norte do país, fê-los escusarem-se legitimamente a comparecer para prestar depoimento. Exposta esta situação ao Arguido informalmente, logo este se prontificou a transportar, a suas expensas, todos os atletas portugueses até ao domicílio profissional do Instrutor, de modo a que pudessem ser ouvidos (assim aconteceu com as testemunhas

Mostrou também total disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados, respondendo sempre a tudo quanto lhe foi perguntado.

Por outro lado, será também de levar em linha de conta aquelas que foram as declarações finais do Arguido em sede de inquérito, e que várias vezes tem reiterado na comunicação social, de que pretende ter uma atitude de pró-activa de colaboração em campanhas e acções de

formação contra o doping, de modo a que situações como a sua não se repitam (v. fls. 90).

Estas declarações têm subjacente um arrependimento sincero, que de resto foi visível sempre que mantivemos diálogo com o Arguido ao longo deste processo.

A confissão acompanhada de arrependimento deverá ser considerada uma atenuante bastante relevante no tocante à determinação da medida da pena. Desde logo, porque reduz a necessidade de prevenção especial associada às penas.

Por outro lado, o Arguido tem um percurso profissional com mais de uma década, recheado de sucessos (é, objectivamente, o melhor ciclista português em actividade) e nunca cometeu qualquer infracção às regras de dopagem.

Cabrá ainda referir que, não obstante o controlo positivo ter sido realizado fora de competição, parece-nos que será passível de ser aplicada ao caso concreto a sanção de desqualificação.

Na verdade, esta sanção permite repor a verdade desportiva, evitando que ciclistas que competiram sob o efeito de uma substância proibida falseiem a verdade desportiva.

Ora, como explica o Professor Doutor Luis Horta, *"a CERA representa um potente agente estimulador da eritropoiese, conseguindo aumentos da hemoglobina (constituente dos glóbulos vermelhos, responsável pelo transporte de oxigénio no sangue) que podem ultrapassar as 2 gramas/dL por mês. Para além disso, a vida de um glóbulo vermelho é, em média, de cerca de 120 dias, o que quer dizer que após a administração da CERA e mesmo depois dela já não estar presente no organismo do praticante desportivo, o seu efeito no aumento do rendimento desportivo pode perdurar por mais de quatro meses, decorridos a partir do momento da administração."* (v. fls. 240).

Neste sentido, estamos em crer que não restam dúvidas de que durante a Volta a Portugal, competição que o Arguido viria a vencer, este se encontrava sob o efeito da substância dopante.

Pelo que, em consequência, a bem da verdade desportiva, é *mister* que o título de vencedor lhe seja retirado.

Assim sendo, considerando tudo quanto acima se expôs, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, A), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, propomos a aplicação ao Arguido da seguinte sanção:

- Desqualificação da _____
- Suspensão da actividade desportiva pelo período de sete meses;
- Multa de €1.870,50;
- Perda de 20 pontos na classificação individual.

B. Arguido, _____

No que toca ao Arguido _____, são particularmente graves as infracções que lhe são imputadas e que ficaram provadas.

Com efeito, da sua actuação resultou o fim de uma das melhores equipas do ciclismo nacional, com o consequente desemprego de todos os atletas e demais pessoal de apoio.

Resultou ainda o fim da carreira de alguns destes ciclistas _____ já o anunciou publicamente) e, acima de tudo, deixa uma mancha no ciclismo nacional.

É nossa convicção que os médicos que, em vez de combaterem de forma inexorável os comportamentos dopantes, os impõem ou recomendam aos seus atletas devem ser mantidos afastados do ciclismo De facto, para além do perigo que representam para a saúde e carreira dos atletas (que, incautos, se limitam, muitas das vezes, a cumprir com o que lhes é ordenado), degradam a imagem da modalidade, que assim acaba por estar inevitavelmente ligada ao doping.



A infracção em causa é, evidentemente, imputável ao Arguido a título de dolo. De resto, atendendo aos factos em causa, as regras da experiência não permitem configurar outro título de imputação.

Não obstante, conforme já acima se referiu, nos termos do disposto no artigo 1.1.004 do Regulamento Geral e Técnico de Corridas da UVP/FPC, as instâncias disciplinares da UVP/FPC não têm jurisdição sob o Arguido, em virtude deste não se encontrar licenciado à data dos factos. Nestes termos, e não obstante a gravidade dos factos que ficam provados, a falta de legitimidade da UVP/FPC obrigará, em nosso entender, a concluir pela absolvição deste Arguido.

Lisboa, 14 de Maio de 2010

O Instrutor,

